

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 50545.327696/2019-58

2. Introdução

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para contratação de serviços de engenharia para readequação e modernização do edifício Sede da Unidade Regional de Santa Catarina da Agência Nacional de Transportes Terrestres (URSC/ANTT), bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

3. Descrição da necessidade

A contratação de serviços de engenharia para readequação e modernização do edifício Sede da Unidade Regional de Santa Catarina da ANTT, se justifica em razão das deficiências encontradas na estrutura atual, e também na necessidade de adequar o imóvel para as atividades laborais nele desenvolvidas.

As principais deficiências estruturais podem ser observadas pela falta de acessibilidade, pela insuficiência de tomadas e pontos de rede, na desconexão das salas, portas e janelas defeituosas, nas pequenas infiltrações, e na necessidade de reparos no muro de contenção. As adequações estão basicamente na harmonização da construção, na modernização do sistema de iluminação, elétrico, lógico, além da necessidade de pintura e identificação do órgão.

Os serviços de engenharia estão compreendidos entre as atividades que devem ser preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, consoante a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018. Esta medida visa obter melhores resultados com menores custos à Administração Pública.

A Sede da URSC está localizada no bairro Canto, Florianópolis, SC, com acesso principal na Rua Felipe Neves, nº 413. Sob o domínio da URSC está uma área construída de 1.565,74 m² (4379562), dividida em quatro blocos principais, que hoje comportam as Coordenações COLOG (antiga COAFI), COFIS, COROD (antiga COINF) e COFER, além de estrutura de apoio. A sede também conta com estacionamento coberto para veículos oficiais e particulares, e uma área de armazenagem, que está situada entre os pavilhões da URSC e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Também existe uma construção em mau estado de conservação e sem uso, situada em nível superior do terreno, com saída para Rua Santa Rita de Cássia. O terreno, em sua totalidade, possui uma área total de 3.180,48 m², sendo que a PRF possui no mesmo terreno suas edificações de modo independente da URSC (13811388). Há o compartilhamento entre as unidades somente do portão de acesso principal às edificações, da vigilância armada externa, e do consumo de água e energia elétrica.

O edifício Sede da URSC atende diariamente a uma população principal de 24 servidores, além de contar com uma população de apoio de 10 colaboradores e fluxo constante de atendimento ao público.

O imóvel Sede da URSC foi cedido pela SPU à ANTT (50545.323917/2019-19), visando prover a agência de estrutura própria, dimensionada para o desenvolvimento de suas atividades no Estado de Santa Catarina, visto que a URSC subsistia em uma pequena área, provisoriamente disponibilizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O Contrato de Cessão de Uso Gratuito exige em suas cláusulas obrigatórias a promoção da acessibilidade, prevendo para edificação obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, racionalidade de recursos e sustentabilidade com eficiência energética, adequação para plano de prevenção e combate a incêndios, bem como especificação e construção dentro do novo padrão das edificações públicas, conforme citação a seguir:

CLÁUSULA SEXTA – fica obrigada a OUTORGADA CESSIONÁRIA a: I - apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de trabalho para a promoção da acessibilidade, prevendo o início das obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, contados da data de assinatura do presente Termo, e manter a acessibilidade do prédio, nos termos da Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e da Lei nº 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9050/2004 da ABNT, ou legislação que venha a substituí-los ou complementá-los; e II - remeter anualmente, à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto. CLÁUSULA SÉTIMA – A OUTORGADA CESSIONÁRIA se compromete a: I - adotar modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal; II - implementar ações de eficiência energética nas edificações públicas e de boas práticas na gestão e uso de água, de acordo com as disposições da Instrução

Normativa MP/SLTI no 02, de 04 de junho de 2014 e as recomendações da Portaria MP no 23, de 12 de fevereiro de 2015, ou legislação que vier a substituí-las ou complementá-las.

III - implantar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, destinando-os à coleta seletiva solidária em cumprimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

CLÁUSULA OITAVA – A OUTORGADA CESSIONÁRIA, a partir da assinatura do presente, fica obrigado a: I - desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) dias, e a apresentar o respectivo laudo conclusivo de vistoria do corpo de bombeiros, no prazo de 2 (dois) anos; II - a obter a carta "habite-se" emitida pelo Poder Público Local, em 180 (cento e oitenta dias) dias e caso seja necessário, promover a adequação física no prédio, no prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O destinatário do imóvel deverá remeter, nos prazos previstos nesta cláusula, documentação comprobatória do adimplemento dos encargos à respectiva Superintendência do Patrimônio da União.

CLÁUSULA NONA – Nos casos em que houver contratação de execução de obras públicas, previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União, a OUTORGADA CESSIONÁRIA compromete-se a atender as determinações do Acórdão nº 853/2013 - TCU - Plenário, que importam assunção de obrigação de fazer quanto: I - A inclusão de cláusulas em edital e contrato que estabeleçam a obrigação do contratante, em conjunto com a Administração Pública, providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto: I.1. as "built" da obra, elaborada pelo responsável de sua execução; I.2 - comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; I.3 - laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra; I.4 - carta de "habite-se", emitida pela Prefeitura; I.5 - certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis; II - A exigência, junto à contratada, da reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, nos termos do Art. 618 da Lei nº 10.406/2002, c/c o Art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o Art. 12 da Lei nº 8.078/90; III - A abstenção de realizar o recebimento provisório de obras com pendências, as quais deverão ser solucionadas pela construtora, nos termos do Acórdão nº 853/2013 - TCU - Plenário; IV - A realização de avaliações periódicas da qualidade das obras concluídas sob gestão própria, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses, bem como a notificação do contratado quando defeitos forem observados durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; V - O ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; VI - O arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas;

CLÁUSULA DÉCIMA – a OUTORGADA CESSIONÁRIA fica obrigado a manter atualizado o SPIUnet, ou os sistemas que vierem a substituí-lo, com: I - o cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação do imóvel conforme normativos da SPU, para tanto se responsabilizando pelas despesas e corpo técnico necessários ao seu cumprimento; II - a inclusão do comprovante da entrega do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI ao Corpo de Bombeiros e o respectivo laudo conclusivo de vistoria do Corpo de Bombeiros; III - a inclusão da carta de "habite-se" emitida pelo Poder Público Local; e IV - para quaisquer edificações que venham a ser realizadas no imóvel, ainda a inclusão do "as built" (ou desenho exatamente como construído na obra) elaborado pelo responsável por sua execução, e do Registro de Obra averbado no Cartório de Registro de Imóveis. **(Contrato de Cessão de Uso Gratuito - SPU x ANTT)**

Também é importante mencionar que a nova sede da URSC, apresenta necessidade de diversas adequações, conforme pode ser constatado no processo 50545.013810/2020-07, referente a inspeção elétrica da unidade, no relatório de vistoria da Defesa Civil de Florianópolis e no relatório de inspeção visual da unidade (9587341). Isto porque o antigo ocupante do imóvel, o DNIT, utilizava o espaço como depósito de materiais e não possuía contrato de manutenção que atendessem o imóvel.

Diante destes fatos, a readequação e modernização que se faz necessária é de caráter imprescindível, uma vez que a unidade administrativa e as demais áreas informadas passaram por um longo período sem manutenção, as instalações elétricas e hidráulicas precisam de reparos e modernização, a iluminação precisa ser readequada, há necessidade de revisão do sistema de esgoto, e algumas edificações possuem infiltrações, bem como a parte lógica é insuficiente. Também há necessidade de harmonizar as áreas e melhorar o cercamento, com vista a redução de despesas e melhoria na segurança patrimonial, e para que a adequação atenda com plenitude as atividades funcionais da ANTT no estado, conforme apontado nas Notas Técnicas da COAFI (8188280), COFIS (8245764), COINF (8223566) e COFER (8270793).

Assim, visando cumprir as exigências contidas no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013; no Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021; na Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, Ministério da Economia - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, e no Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Federal direta, autárquica e fundacional (9587354); em conjunto com o disposto na Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, Lei Estadual nº 17.292, de 19 de outubro de 2017, e na Lei Municipal nº 7.801, de 30 de dezembro de 2008, a URSC /ANTT buscou parceria com a Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de Santa Catarina (GRA-SC), inicialmente através da Rede TransformaGov implantada no Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento conjunto deste Estudo Técnico Preliminar, nos assuntos de competência das áreas de engenharia e arquitetura, e já vislumbrando o desenvolvimento do Projeto Básico da readequação e a futura fiscalização da execução (8784131). Esta parceria é primordial, visto que a ANTT não possui quadro específico na área de engenharia e arquitetura, conforme pode ser observado na lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001. Ainda é importante mencionar que o projeto elétrico e lógico ficou a cargo da ANTT com sua equipe técnica de Brasília, passando pela validação da equipe ME/GRA-SC.

Assim, a contratação dos serviços de engenharia para readequação e modernização do edifício Sede da URSC tem como objetivo a melhoria do serviço público prestado, a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, a racionalização e sustentabilidade do patrimônio público disponibilizado como sede para ANTT no estado de Santa Catarina.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Apoio Logístico - Unidade Regional de Santa Catarina (COLOG-URSC)	Fabiana Carvalho da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A equipe identificou os seguintes requisitos mínimos para a contratação do objeto:

Natureza do objeto:

O objeto da contratação é classificado como serviço de engenharia.

O serviço possui natureza não continuada. O contrato será classificado como “de escopo”.

O objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, já que é necessária a utilização de conhecimentos técnicos, envolvendo a participação de profissionais habilitados, conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, uma vez que a execução dos serviços envolvem um projeto de engenharia e arquitetura, com atividades que resultam em um escopo objetivamente definido, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

Requisitos de habilitação da Contratada:

Tratando-se de objeto classificado como serviço comum de engenharia, a definição dos critérios de habilitação para seleção da empresa a ser contratada deverá considerar as normativas e legislações relacionadas, destacando-se que a empresa deverá possuir, no mínimo, registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

A execução dos serviços deverá ser executada por empresa especializada com comprovada capacidade técnica por meio de atestados, além de possuir equipe composta de engenheiro(s)/arquiteto(s), técnico(s) e mão de obra qualificada.

Os serviços deverão ser garantidos, conforme a legislação, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo,

As adequações civis necessárias para readequação e modernização deverão ser realizadas de acordo com os projetos apresentados e as especificações apresentadas pela contratante.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

Nos termos do Decreto nº 7.746, de 2012, deverão ser previstas, dentre as obrigações da contratada:

- Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.
- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.
- Ainda é relevante que na elaboração do projeto de engenharia sejam adotadas as seguintes soluções para redução do consumo de energia e água, bem como à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental:
 1. Os serviços prestados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos;
 2. Automatizar a iluminação do prédio, atualizar materiais de iluminação, interruptores, fazer uso de sensores de presença;
 3. Reaproveitar os materiais existentes que estejam em perfeito funcionamento, em conformidade com padrões técnicos e estéticos, desde que testados e garantidos pela contratada;
 4. Utilizar de dispositivos hidráulicos que promovam a redução do consumo de água como torneiras com fechamento automático e descargas com consumo de água reduzido.

Obrigações da Contratada:

Analisando o objeto a ser contratado, entende-se que outros pontos devem se destacar, além das obrigações já previstas na Lei 8.666/1993 e demais legislações correlatas, a serem cumpridas pela Contratada, para uma perfeita execução do objeto.

- Executar o contrato conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e do cronograma previsto, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Projeto Básico e em sua proposta.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- Cumprir os postulados legais de âmbito federal, estadual ou municipal, e as normas de segurança da ANTT.
- Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).
- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro/Preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção.
- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à edificação.
- Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc).
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- Reconhecer sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- Elaborar Projeto Executivo, caso necessário, em conformidade com especificações do Projeto Básico.
- Elaborar “as built”, ao final do serviço, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.
- Elaborar o Manual de Uso, Operação e Manutenção da Edificação, conforme ABNT NBR 14037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações.

6. Levantamento de Mercado

Considerando as metodologias disponíveis para a área de construção civil e as empresas que, em geral, executam este tipo de serviço, inclusive em outras instituições públicas, verificou-se que a solução definida nos projetos de engenharia e neste Estudo Preliminar da Contratação atendem as necessidades da URSC. Para comprovar que esse mercado é maduro e que existe uma boa oferta de prestadores para o serviço em foco foi realizado uma pesquisa no Painel de Preços, considerando o Estado de Santa Catarina, resultando para os últimos 180 dias num total de 44 contratações, envolvendo manutenção/reforma (9076233).

A justificativa para a contratação foi apresentada pela Coordenadora de Administração e Finanças da URSC, através do OFÍCIO SEI Nº 16287/2019/COAFISC/URSC-ANTT (1886532), do Documento de Formalização de Demanda COAFISC (13613335) e pelo compromisso firmado no termo de cessão SPU x ANTT (50545.323917/2019-19); já o tipo de solução foi definido pela equipe de engenharia e arquitetura considerando a estrutura existente, as adequações necessárias, e a economicidade para os serviços, resultando como melhor solução o regime de execução de Empreitada por Preço Global. A justificativa para adoção deste regime está no fato dos quantitativos dos serviços a serem executados poderem ser definidos com precisão, de modo que os custos do serviço podem ser estimados pela futura licitante com uma margem mínima de incerteza.

A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC-2022), em Novas Demandas – item 3.65 e 3.67 da Deliberação nº 408, de 03 de dezembro de 2021 (9160133).

7. Descrição da solução como um todo

A contratação visa selecionar empresa de engenharia para readequação e modernização do edifício Sede da Unidade Regional de Santa Catarina da ANTT em razão das deficiências encontradas na estrutura atual, e também na necessidade de adequar o imóvel para as atividades laborais nele desenvolvidas, conforme descrição do projeto básico (13811388 e 9587354).

A contratada deverá desenvolver o projeto executivo de modo que este atenda com plenitude o projeto básico proposto, além de atentar para a necessidade de revisão e revitalização das instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, rede lógica e soluções contra infiltrações.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme Planilha Orçamentária - anexo (13556664).

Memória de Cálculo

Nos termos da Resolução 1.010/2005 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, é atribuição dos profissionais da área de engenharia e Arquitetura a elaboração de orçamentos de obras e serviços nesta área. Os quantitativos dos serviços que compõem o escopo da obra foram determinados através de metodologia própria da área técnica, através de levantamentos baseados nos projetos de engenharia. O orçamento estimativo foi elaborado pelos Arquitetos Maurício Veiga Korb e Giovanni Saciloto, conforme o Registros de Responsabilidade Técnica (50545.019491/2021-16).

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 629.376,89

Conforme Planilha Orçamentária - anexo (11)

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A equipe de planejamento da contratação entende que o melhor para Administração é o não parcelamento dos serviços, assim a licitação será realizada em um único item. A separação por itens acarretaria um custo maior à Administração no que se refere à contratação de várias empresas ao invés de uma, ensejando em uma espécie de fracionamento, o que não respeitaria o princípio de economicidade. A separação também dificultaria a coordenação das atividades relacionadas, visto que há vantagem em aproveitar a mão de obra e insumos. Já com a contratação em item único, a Administração será beneficiada com a gestão do contrato, que seria mais centralizada, a vez que propiciaria agilidade na resolução de problemas contratuais, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os serviços a serem executados possuem características de atividades semelhantes, observando-se o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal. Assim, o foco é a busca de uma solução mais vantajosa para a administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da forma mais eficiente. A título de exemplo a vantagem do lote único pode ser demonstrada na montagem das divisórias, onde neste momento já proporciona a passagem

do cabeamento elétrico, ou na troca de esquadrias que já proporciona o ajuste de layout em conjunto com a nova montagem das divisórias. Isso sem contar na questão de garantia dos serviços, visto que atividades concomitantes dificulta a identificação de responsabilidade no caso de problemas com prestadores diferentes.

Portanto, entende-se que o não parcelamento do objeto é recomendável do ponto de vista técnico e econômico, pois uma única Contratada prestará os serviços. Além disso, entende-se que a forma adotada apresenta-se competitiva e isonômica, sendo o quadro mais vantajoso para a ANTT.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Podemos identificar as seguintes contratações correlatas ao objeto a ser contratado:

- Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, conforme novo layout de ocupação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços objeto da contratação em análise estão incluídos no Planejamento Anual de Contratações para o exercício de 2022, aprovado por meio da Deliberação nº 408, de 03 de dezembro de 2021, nos itens 3.65 e 3.67 - Novas Demandas. Este estudo também considera a Deliberação Nº 63, de 27 de março de 2014, que assegura ao usuário adequada prestação de serviços de transporte terrestre, e na Lei Nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladora.

A contratação de pessoa jurídica para execução das atividades previstas neste documento também deve observar a seguinte legislação:

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966;
- Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018;
- Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020;
- Instrução Normativa nº 5, de 26 maio de 2017;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;
- Acórdão nº 2.622/2013 - TCU - Plenário;
- Demais legislações vigentes e correlatas.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a execução da obra, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Aperfeiçoar os serviços ofertados à comunidade, através de melhorias na infraestrutura para prestação das atividades finalísticas e administrativas da URSC.

- Garantir a segurança de todos os usuários, principalmente no que tange à prevenção e combate a incêndios e fuga.
- Atender ao Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021, focando em medidas para redução do consumo de energia elétrica.
- Adequar aos padrões de acessibilidade, sem discriminação e com a eliminação de barreiras arquitetônicas, nos termos das normas técnicas e legislação aplicável.
- Promover o desenvolvimento nacional sustentável através da adequação das edificações públicas às normas de acessibilidade, possibilitando o acesso ao maior número de pessoas. O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União apresenta de maneira detalhada a relação entre acessibilidade e desenvolvimento nacional sustentável, do qual destacamos alguns trechos:

“As contratações sustentáveis são uma política pública socioambiental e, como toda política transversal, articula-se com outras, procurando fortalecê-las e conferir-lhes efetividade. É o que ocorre, no que pertinente, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), a Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal (Decreto nº 5.940, de 2006), o incentivo às micro e pequenas empresas e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 3.298, de 1999).

(...)

Nesse sentido, reformas e construções públicas devem:

Na fase de planejamento: observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico.

Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR9050/2004.”

Ainda com relação a viabilidade financeira e econômica, por ser uma obra de reforma em edificação já existente, os custos de manutenção e operação serão mantidos, com tendência até de baixa para os gastos com manutenção, devendo ser comprovado somente a disponibilidade orçamentária para a execução e conclusão dos serviços.

14. Providências a serem Adotadas

Durante a execução dos serviços de engenharia, as atividades na sede URSC poderão ser interrompidas, sendo necessário um revezamento no local para reduzir o fluxo de pessoas e veículos, além de compartilhamento provisório de salas para atividades administrativas e finalísticas da Agência.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

Nos termos do Decreto 7.746, de 2012, deverão ser previstas, dentre as obrigações da contratada:

- Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.
- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.
- Ainda é relevante que na elaboração do projeto de engenharia seja adotadas as seguintes soluções para redução do consumo de energia e água, bem como à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental:

1. Os serviços prestados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos;

2. Automatizar a iluminação do prédio, atualizar materiais de iluminação, interruptores, fazer uso de sensores de presença;
3. Reaproveitar os materiais existentes que estejam em perfeito funcionamento, em conformidade com padrões técnicos e estéticos, desde que testados e garantidos pela contratada;
4. Utilizar de dispositivos hidráulicos que promovam a redução do consumo de água como torneiras com fechamento automático e descargas com consumo de água reduzido.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O estudo atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e os riscos envolvidos são administráveis, a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados e necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

17. Responsáveis

De acordo.

MILTON WALTER FRANTZ

Especialista em Infraestrutura Sênior

De acordo.

DANIEL PEREIRA COELHO

Analista Técnico-Administrativo

De acordo.

ANA CAROLINA MACEDO LUBCKE

Coordenadora Substituta

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1 - PlanilhaOrçamANTTAtualizada2022.pdf (57.36 KB)

Anexo I - 1 - PlanilhaOrçamANTTAtualizada2022.pdf

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA - NOVA SEDE ANTT - RUA FELIPE NEVES, 261. ESTREITO, FLORIANÓPOLIS/SC.

SERVIÇOS PRELIMINARES							
Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
1	PLACA DA OBRA EM AÇO GALVANIZADO.	MERCADO	m²	1,00	520,00	650,00	650,00
2	PROJETOS EXECUTIVOS: ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, CLIMATIZAÇÃO E INCÊNDIO.	MERCADO	Unidade	5,00	5000,00	6.250,00	31.250,00
3	ALVARÁ PCI BOMBEIROS.	MERCADO	Unidade	1,00	5000,00	6.250,00	6.250,00
DEMOLIÇÃO E RETIRADA							
Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
4	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI 97622	m³	11,50	53,58	66,98	770,21
PAREDES EM ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS E DIVISÓRIAS							
Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	SINAPI 103328	m²	68,50	98,59	123,24	8.441,77
6	PAREDE COM PLACAS DIVISÓRIAS P/V/P MIOLO CELULAR, PARA USO INTERNO. AF_06/2017_P	SINAPI 96358*	m²	320,00	120,00	150,00	48.000,00
7	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM OU 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, COM MARCO EM AÇO, NÚCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES, DOBRADICAS E FECHADURA)	SINAPI 39482*	Unidade	10,00	538,75	673,44	6.734,38
8	PAREDE COM PLACAS DIVISÓRIAS P/P MIOLO CELULAR, PARA USO INTERNO. AF_06/2017_P	SINAPI 96358**	m²	20,00	100,00	125,00	2.500,00
REVESTIMENTOS							
Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
9	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI 97631	m²	370,00	3,16	3,95	1.461,50
10	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_06/2018	SINAPI 98555	m²	370,00	26,60	33,25	12.302,50
11	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300 KG. AF_06/2014	SINAPI 87877	m²	370,00	7,02	8,78	3.246,75
12	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	SINAPI 87777	m²	370,00	60,06	75,08	27.777,75
13	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	SINAPI 87620	m²	7,00	29,83	37,29	261,01
14	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X35 CM, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	SINAPI 89171	m²	7,00	41,86	52,33	366,28
15	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	SINAPI 87620	m²	90,00	29,83	37,29	3.355,88
16	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	SINAPI 87260	m²	1045,00	100,81	126,01	131.683,06
17	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_06/2014	SINAPI 88649	m	167,00	6,92	8,65	1.444,55

18	PISO EM PORCELANATO RETIFICADO EXTRA, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2 (<i>Reserva técnica</i>).	SINAPI 21108	m²	104,50	121,80	152,25	15.910,13
19	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SINAPI 96536	m²	5,00	77,67	97,09	485,44
20	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SINAPI 92775	Kg	10,00	19,73	24,66	246,63
21	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TÉRREA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022	SINAPI 103682	m³	1,00	870,54	1.088,18	1.088,18

ESQUADRIAS

Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
22	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	SINAPI 100702	m²	83,60	641,45	801,81	67.031,53
23	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI 97644	m²	83,60	8,86	11,08	925,87
24	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI 90790	Unidade	5,00	644,27	805,34	4.026,69

PINTURA

Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
25	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI 88489	m²	5680,00	14,42	18,03	102.382,00
26	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI 102219	m²	17,00	16,01	20,01	340,21

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
27	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	SINAPI 89512*	m	130,00	140,94	176,18	22.902,75
28	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	SINAPI 90446	m	130,00	30,85	38,56	5.013,13

REDES LÓGICA E ELÉTRICA ESTABILIZADA

Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
29	<i>Ver planilhas de detalhamento anexas.</i>	<i>Ver planilhas</i>	<i>Ver planilhas</i>	<i>Ver planilhas</i>	87.460,28	109.325,35	109.325,35

SERVIÇOS FINAIS

Item	Discriminação	Referência	Unidade	Quantidade	Custo Unit.(R\$)	Unit.+ BDI (25%)	Subtotal (R\$)
30	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	SINAPI 97913	m³ x Km	360,00	2,88	3,60	1.296,00
31	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	SINAPI 99802	m²	1695,00	0,51	0,64	1.080,56
32	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	SINAPI 99804	m³	1695,00	5,11	6,39	10.826,81

PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA (R\$)

629.376,89

ADEQUAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E INDÍCES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI

- Os itens constantes da planilha orçamentária, que existem na planilha de referência **SINAPI - Abril/2022**, têm sua base na mesma.
- Os itens constantes da planilha orçamentária, que não existem na planilha de referência SINAPI, têm sua base em pesquisa de preços e outras fontes de mercado.

OBSERVAÇÕES

- SINAPI 96358* - Composição alterada para divisória tipo eucatex P/V/P, miolo celular.
- SINAPI 39482* - Composição alterada para porta divisória tipo eucatex, miolo celular.
- SINAPI 96358** - Composição alterada para divisória tipo eucatex P/P, miolo celular.
- SINAPI 89512* - Composição alterada para tubo PVC DN 200mm.